

Relatório da Administração

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2011 foi intenso e marcado por diversas conquistas para Autometal. Em fevereiro abrimos o capital na bolsa de valores de São Paulo, com a venda de 22,6% do nosso capital.

Na parte operacional, podemos dividir o ano em dois. A primeira parte seria o primeiro semestre, com crescimento forte de vendas e produção, mesmo com os obstáculos oriundos da redução de fornecimento de autopeças japonesas por conta do tsunami enfrentado pelo Japão, mas também por algumas paralisações por questões salariais no Brasil. Enquanto no segundo semestre verificamos uma redução forte de produção no Brasil, frente a uma crescente venda de veículos importados, que culminou no anúncio de aumento de alíquota de importação a partir de dezembro para veículos com pouco conteúdo de peças locais.

A produção de veículos no Brasil em 2011 teve uma ligeira queda de 0,3% em comparação a 2010, enquanto as vendas apresentaram um crescimento de 2,9%. Os veículos importados representaram 23,6% das vendas totais em 2011, em comparação a 18,8% em 2010. No Nafta a produção de veículos em 2011 foi de 13.126 mil unidades, crescimento de 9,9% em comparação a 2010. As vendas foram de 15.028 mil unidades, crescimento de 9,3% em comparação a 2010.

Nossas receitas atingiram R\$ 1,6 bilhão, volume similar ao apresentado em 2010 e mantivemos praticamente estáveis nossas margens operacionais. O maior destaque está na margem líquida, que apresentou uma melhora de 3,2 p.p e registramos um lucro de R\$ 193,9 milhões.

Neste cenário de grande desafio enfrentado no ano de 2011, destacamos a disciplina financeira da companhia em focar no retorno da nossa atividade, mantendo a rentabilidade de nossos contratos e aumentando a participação de vendas de produtos com maior valor agregado. Também é importante ressaltar que no final de 2011 iniciamos a captação de R\$ 370 milhões, através de instrumentos de crédito de longo prazo, no intuito de (i) aumentar o prazo médio de nossa dívida, (ii) preparar a companhia para um momento de possível redução de liquidez e (iii) manter o caixa captado em nossa abertura de capital para as aquisições que estão sendo analisadas.

O MERCADO BRASILEIRO

A produção brasileira de veículos leves (passageiros) foi de 3.142 mil unidades em 2011, uma ligeira queda de 0,3% em comparação ao mesmo período de 2010. As vendas totais de veículos de passageiros leves nacionais foram de 3.426 mil unidades, aumento de 2,9%, quando comparado ao exercício de 2010. Vale destacar o aumento da participação de veículos importados nas vendas totais em 2011, que ao final do ano representaram 23,6% das vendas totais, em comparação à participação de 18,8% em 2010. As exportações atingiram 507,4 mil unidades, aumento de 7,4% em relação ao mesmo período de 2010.

O MERCADO NAFTA

A produção no mercado Nafta atingiu 13.126 mil unidades em 2011, um crescimento de 9,9% em comparação a 2010. O grande destaque foi o crescimento da produção no mercado mexicano, que foi de 12,8%. As vendas no Nafta atingiram 15.028 mil unidades em 2011, um crescimento 9,3% em relação a 2010.

ANÁLISE DE RESULTADOS

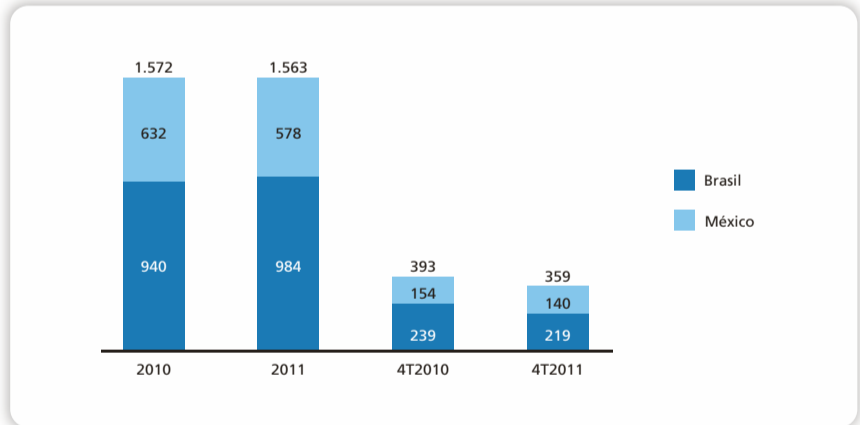
DRE

R\$ mil	4T2011	4T2010	Var.	2011	2010	Var.
Receita bruta de vendas	422.679	464.538	-9,0%	1.856.747	1.876.258	-1,0%
Deduções de vendas	(63.353)	(71.670)	-11,6%	(294.076)	(304.196)	-3,3%
Receita líquida de vendas	359.326	392.868	-8,5%	1.562.671	1.572.062	-0,6%
Custo dos produtos vendidos	(282.228)	(295.121)	-4,4%	(1.158.311)	(1.157.426)	0,1%
Lucro bruto	77.098	97.747	-21,1%	404.360	414.636	-2,5%
Receitas (despesas) operacionais	(36.978)	(43.780)	-15,5%	(164.569)	(167.403)	-1,7%
Gerais, administrativas e comerciais	(28.732)	(30.096)	-4,5%	(121.243)	(119.977)	1,1%
Outras receitas (despesas) operacionais	(8.246)	(13.684)	-39,7%	(43.326)	(47.426)	-8,6%
Lucro operacional antes das participações societárias	40.120	53.967	-25,7%	239.791	247.233	-3,0%
Resultado financeiro	(2.533)	(10.044)	-74,8%	7.069	(49.723)	-114,2%
Receita financeira	12.756	2.957	331,4%	63.364	10.527	501,9%
Despesa financeira	(15.588)	(18.534)	-15,9%	(57.140)	(76.764)	-25,6%
Ganhos (perdas) cambiais	299	5.533	-94,6%	845	16.514	-94,9%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	37.587	43.923	-14,4%	246.860	197.510	25,0%
Imposto de renda e contribuição social	152	(6.564)	-102,3%	(52.886)	(52.773)	0,2%
Corrente	12.809	(4.642)	-375,9%	(25.809)	(47.916)	-46,1%
Diferido	(12.657)	(1.922)	558,5%	(27.077)	(4.857)	457,5%
Lucro líquido do período	37.739	37.359	1,0%	193.974	144.737	34,0%
Atribuíveis a:						
Acionistas da Companhia	36.020	35.132	2,5%	183.975	137.328	34,0%
Participação dos não controladores	1.719	2.229	-22,9%	9.999	7.409	35,0%
Ebitda	53.787	65.977	-18,5%	292.896	300.659	-2,6%
Mg. Ebitda	15,0%	16,8%	-10,9%	18,7%	19,1%	-2,0%
Mg. Ebit	11,2%	13,7%	-2,5 p.p	15,3%	15,7%	-0,4 p.p
Mg. Líquida	10,5%	9,5%	1,0 p.p	12,4%	9,2%	3,2 p.p

Obs. Os saldos de 2010 foram reclassificados para melhor apresentação e comparabilidade dos números.

RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

As receitas líquidas de vendas somaram em 2011 R\$ 1,6 bilhão, uma ligeira queda de 0,45% em comparação com 2010. Esta performance está diretamente relacionada com o movimento feito pelos nossos clientes de diminuição gradual na produção de veículos durante o segundo semestre de 2011. Outro importante fator desta queda foi o aumento da venda de importados, com seu auge no 2S11, após o anúncio de que estes veículos teriam aumento da alíquota de IPI caso não possuam um percentual mínimo de autopeças produzidas no Brasil.



A receita líquida de vendas totalizou R\$ 359,3 milhões no 4T11, em comparação com R\$ 392,8 milhões no 4T10, uma queda de 8,5%. Neste trimestre importantes paradas de produção em nossos clientes durante, com intuito de ajustar seus estoques, que encerram o ano em aproximadamente 30 dias de produção.

No segmento brasileiro apresentamos um crescimento de 4,8% na receita líquida em 2011 em comparação a 2010, enquanto no segmento mexicano a receita líquida foi 8,5% inferior. O mercado brasileiro foi responsável por 63% das vendas e o mexicano pelos 37% restantes.

O câmbio médio foi de R\$ 1,6741, valor 4,9% inferior a 2010.

CUSTO DO PRODUTO VENDIDO

O custo do produto vendido foi de R\$ 1.158,3 milhões em 2011, em comparação a R\$ 1.157,4 em 2010, aumento de 0,1%. As matérias-primas utilizadas no nosso processo produtivo representaram 67,0% do custo total em 2011, em comparação aos 67,8% no mesmo período de 2010.

Os custos de mão de obra apresentaram variação de 8,9% em 2011 e encerram o ano representando 21,5% do nosso custo total, em comparação a 19,8% no mesmo período de 2010. Em setembro foi celebrado o acordo com os sindicatos para o dissídio salarial, que sofreu um aumento de 10% a partir de outubro, adicionalmente foi pago em novembro um abono salarial, que totalizou R\$ 1,9 milhão. Os custos de manutenção totalizaram R\$ 29,9 milhões em 2011, em comparação a R\$ 32,8 milhões em 2010.

A margem bruta em 2011 foi de 25,9%, em comparação a 26,4% em 2010.

DESPESAS GERAIS, ADMINISTRATIVAS E COMERCIAIS

As despesas gerais, administrativas e comerciais somaram R\$ 121,2 milhões em 2011, em comparação a R\$ 120,0 milhões em 2010, aumento de 1,1%.

O fee de serviços pagos à CIE totalizaram R\$ 12,8 milhões em 2011, em comparação a R\$ 13,2 milhões em 2010.

As despesas gerais, administrativas e comerciais representaram 7,8% da nossa receita líquida em 2011, em comparação a 7,6% em 2010.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

Ativo	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	700.819	79.774	928.673	193.342
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 7)	11.089		11.089	
Contas a receber e demais contas a receber (Nota 8)	33.107	40.863	151.506	154.376
Estoques (Nota 9)	52.268	43.551	163.294	154.530
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	13.815	4.878	16.466	8.615
Tributos a recuperar	12.899	10.055	32.276	30.281
Partes relacionadas (Nota 31)	413	518		290
Outros créditos	4.893	3.195	12.899	50.034
	829.303	182.834	1.316.203	591.468
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Depósitos judiciais	12.038	8.663	19.091	15.247
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 17)	13.077	12.397	51.050	61.771
Partes relacionadas (Nota 31)	224.983	224.980		
Outros créditos			2.873	1.636
	250.098	246.040	73.014	78.654
Investimentos (Nota 10)	717.291	550.209		
Intangível (Nota 11)	16.770	16.738	296.897	285.950
Imobilizado (Nota 12)	145.380	133.906	626.448	557.970
	1.129.539	946.893	996.359	922.574
Total do ativo	1.958.842	1.129.727	2.312.562	1.514.042

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

OUTRAS DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS

As outras despesas operacionais totalizaram R\$ 43,3 milhões em 2011, em comparação a R\$ 47,4 milhões no mesmo período no exercício anterior, uma redução de 9,4%.

RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

As receitas financeiras totalizaram R\$ 63,4 milhões em 2011, em comparação a R\$ 10,5 milhões em 2010. O volume de receitas registrado em 2011 está diretamente relacionado com o aumento do caixa após a realização do IPO e com a geração de caixa líquido da Companhia neste ano. A Autometal tem hoje 85% de suas aplicações financeiras em CDBs ou operações compromissadas de bancos de primeira linha que possuem uma remuneração média de 104,7% do CDI.

As despesas financeiras somaram R\$ 57,1 milhões em 2011, em comparação a R\$ 76,8 milhões em 2010. A queda de 25,6% é explicada pela marcação a mercado das operações de proteção de câmbio (hedge) que realizamos em 2011 através da qual asseguramos um dólar médio de R\$ 1,624 para um montante de aproximadamente R\$ 130 milhões e que representaram um ajuste positivo de R\$ 11,1 milhões em 2011. A contrapartida deste ajuste positivo está na linha de variação cambial.

GANHOS (PERDAS) CAMBIAIS, LÍQUIDAS

A Autometal registrou um ganho cambial líquido de R\$ 845 mil em 2011, ante um ganho de R\$ 16,5 milhões em 2010. Essa variação reflete a parcialmente a desvalorização média do dólar de 4,9% em 2011.

Desde o 2T11 a Autometal está realizando a cobertura de seus investimentos no México, denominados em US\$, diretamente com a dívida em US\$. Por este motivo, as variações cambiais destes empréstimos estão sendo contabilizadas diretamente no patrimônio líquido. As outras dívidas que possuem proteção mediante derivados estão reconhecidas no resultado, sendo que qualquer impacto negativo ou positivo está contabilizado na variação cambial, com efeito contrário nas despesas financeiras através de ajuste a valor de mercado destas operações.

Atualmente cerca de 22% do endividamento da Autometal está em dólares e é utilizado para proteger o investimento do México de importe equivalente.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As despesas de imposto de renda e contribuição social totalizaram de R\$ 52,9 milhões em 2011, em comparação a R\$ 52,8 milhões no mesmo período de 2010. O imposto corrente ficou em R\$ 25,8 milhões em 2011, em comparação a R\$ 47,9 milhões em 2010. A queda reflete o benefício positivo do pagamento de JCP, ocorrido no 4T11, que gerou um efeito positivo de R\$ 17,6 milhões.

Em relação à receita líquida de vendas, o imposto de renda e contribuição social corresponderam por 3,4% em 2011, em comparação aos mesmos 3,4% no mesmo período do exercício anterior.

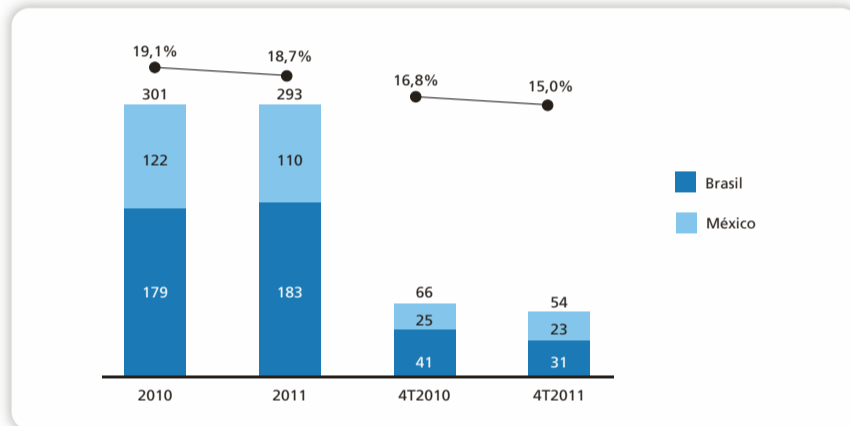
A alíquota média ponderada efetiva, calculada como a despesa referente ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social, é de 21,4% em 2011 e de 26,7% em 2010.

LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO

Em virtude das explicações acima, o lucro líquido foi de R\$ 194,0 milhões em 2011, em comparação a R\$ 144,7 milhões no mesmo período de 2010, um crescimento de 34,0%. A margem líquida em 2011 foi de 12,4% em comparação a 9,2% em 2010.

EBITDA

O Ebitda registrado em 2011 totalizou R\$ 292,9 milhões em 2011, uma queda de 2,6% em comparação ao valor registrado no mesmo período de 2010, quando registramos R\$ 300,7 milhões. A margem Ebitda foi de 18,7% em 2011, em comparação a 19,1% em 2010. A margem apresentou uma ligeira contração, principalmente devido a redução de vendas apresentada no 4T11. Acreditamos que após o mês de março de 2012 os fluxos de produção voltarão a sua normalidade.



EBITDA

R\$ mil	4T2011	4T2010	Var.	2011	2010	Var.
Lucro líquido	37.739	37.359	1,0%	193.974	144.737	34,0%
Imp. de renda e Contrib. Social	(152)	6.564	-102,3%	52.886	52.773	0,2%
Resultado financeiro	2.533	10.044	-74,8%	(7.069)	49.723	-114,2%
Depreciação/Amortização	13.667	12.010	13,8%	53.105	53.426	-0,6%
Ebitda	53.787	65.977	-18,5%	292.896	300.659	-2,6%
Receita Líquida	359.326	392.868	-8,5%	1.562.671	1.572.062	-0,6%
Mg. Ebitda	15,0%	16,8%	-10,9%	18,7%	19,1%	-2,0%

ENDIVIDAMENTO

Em 31 de dezembro de 2011 o endividamento bruto era de R\$ 666,2 milhões, com um caixa de R\$ 928,7 milhões, com isso a companhia possui um caixa líquido de R\$ 262,4 milhões.

Em dezembro de 2011 iniciamos a captação de R\$ 250 milhões em uma operação de debêntures, que será finalizada em março de 2012. O custo desta operação será de CDI + 1,6% a.a. e terá um prazo total de 5 anos. Com esta operação estaremos rolando todo nosso vencimento de dívida de 2012.

O custo médio da dívida, considerando as operações de hedge é de aproximadamente 10,9% a.a..

DIVIDENDOS

Em reunião do Conselho de Administração de 21 de dezembro de 2011 foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP), relativos ao período de 1º de janeiro a 30 de novembro de 2011, no montante de R\$ 51.713 (R\$ 44.385, líquidos de imposto de renda retido na fonte), equivalente a R\$ 0,4107 por ação representativa do capital social da Companhia.

A data de pagamento dos juros sobre o capital próprio será deliberada posteriormente, por ocasião da Assembleia Geral que aprovará as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, que será realizada em 30 de abril de 2012.

ROIC

O ROIC da nossa operação foi de 26,7% em 2011, em comparação a 24,0% no mesmo período de 2010.

O cálculo do ROIC é feito através da metodologia: EBIT (últimos 12 meses)/PL + dívida líquida.

INVESTIMENTOS

Em 2011 foram investidos em nossas plantas R\$ 96,9 milhões, visando compra de máquinas e expansão da capacidade produtiva, além da melhoria de produtividade. Os principais investimentos foram:

- Unidades Diadema, SBC, Dias D'Ávila e Autoliner (R\$ 34,5 milhões);
- Expansão da Durametel, com aquisição da segunda linha de produção (R\$ 14,6 milhões),
- Investimentos nas plantas do México (R\$ 31,8 milhões);
- Expansão Autoforjas (R\$ 13,5 milhões).

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES EXTERNOS

Atendendo ao que determina a Instrução CVM nº 381/03, a Companhia obteve dos auditores independentes ou pessoas a ele ligadas, além dos serviços de auditoria externa em 2011, a assessoria de auditoria para realização de sua oferta de ações. Este trabalho teve um custo de aproximadamente R\$ 500 mil e representou cerca de 35% do valor total dos serviços de auditoria para o ano de 2011.

Adicionalmente, a política adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor para contratação de serviços de auditoria, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

CÂMARA DE ARBITRAGEM

A companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante de seu Estatuto Social.

Passivo e patrimônio líquido	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Circulante				
Fornecedores e outras contas a pagar (Nota 13)	29.656	25.431	209.045	180.184
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	402.575	245.796	409.535	267.762
Imposto de renda e contribuição social a pagar				1.357
Tributos a pagar	16.247	10.321	31.239	35.495
Provisões (Nota 15)		9.295	445	10.477
Partes relacionadas (Nota 31)	1.400	1.305	3.876	4.584
Juros sobre o capital próprio (Nota 20)	44.385		44.385	
Outros passivos (Nota 16)	9.246	10.754	26.263	

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Receita líquida de vendas (Nota 24)	405.130	381.375	1.562.671	1.572.062
Custo dos produtos vendidos (Nota 25)	(301.663)	(292.376)	(1.158.311)	(1.157.426)
Lucro bruto	103.467	88.999	404.360	414.636
Receitas (despesas) operacionais				
Com vendas (Nota 25)	(15.554)	(12.211)	(43.472)	(35.280)
Gerais e administrativas (Nota 25)	(23.713)	(20.196)	(77.771)	(84.697)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (Nota 26)	(13.297)	(9.338)	(43.326)	(47.426)
	(52.564)	(41.745)	(164.569)	(167.403)
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	50.903	47.254	239.791	247.233
Resultado de participações societárias				
Equivalência patrimonial (Nota 10)	120.094	114.567	—	—
Resultado financeiro (Nota 27)				
Receitas financeiras	55.644	7.635	63.364	10.527
Despesas financeiras	(44.279)	(45.594)	(57.140)	(76.764)
Ganhos cambiais, líquidos	1.433	20.615	845	16.514
	12.798	(17.344)	7.069	(49.723)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	183.795	144.477	246.860	197.510
Imposto de renda e contribuição social (Nota 28)				
Corrente	7.247	(2.513)	(25.809)	(47.916)
Diferido	(7.067)	(4.636)	(27.077)	(4.857)
Lucro líquido do exercício	183.975	137.328	193.974	144.737
Atribuíveis a				
Acionistas da Companhia	—	—	183.975	137.328
Participação dos não controladores (Nota 22)	—	—	9.999	7.409
	—	—	193.974	144.737
	—	—	1.492,3	1.454,4
Lucro básico por ação - R\$ (Nota 29)	—	—	—	—
Lucro diluído por ação - R\$ (Nota 29)	—	—	—	—

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Lucro líquido do exercício	183.975	137.328	193.974	144.737
Outros componentes do resultado abrangente				
Diferenças de conversão de moedas (Nota 21)	49.544	(62.533)	49.544	(62.533)
Hedge de investimento líquido (Nota 21)	(23.525)	—	(23.525)	—
Resultado abrangente do exercício	209.994	74.795	219.993	82.204
Atribuível a				
Acionistas da Companhia	—	—	209.994	74.795
Participação dos não controladores (Nota 22)	—	—	9.999	7.409
	—	—	219.993	82.204

Os itens na demonstração do resultado abrangente são apresentados líquidos dos impostos. Os efeitos fiscais de cada componente do resultado abrangente estão apresentados na Nota 21.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado - Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Lucro líquido do exercício	183.975	137.328	193.974	144.737
Outros componentes do resultado abrangente				
Diferenças de conversão de moedas (Nota 21)	49.544	(62.533)	49.544	(62.533)
Hedge de investimento líquido (Nota 21)	(23.525)	—	(23.525)	—
Resultado abrangente do exercício	209.994	74.795	219.993	82.204
Atribuível a				
Acionistas da Companhia	—	—	209.994	74.795
Participação dos não controladores (Nota 22)	—	—	9.999	7.409
	—	—	219.993	82.204

Os itens na demonstração do resultado abrangente são apresentados líquidos dos impostos. Os efeitos fiscais de cada componente do resultado abrangente estão apresentados na Nota 21.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Receitas				
Vendas brutas de produtos e serviços	500.250	489.139	1.856.745	1.873.872
Outras receitas	2.882	3.557	47.801	42.644
	503.132	492.696	1.904.546	1.916.516
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo dos produtos vendidos, das mercadorias dos serviços prestados	(174.852)	(155.280)	(817.709)	(731.918)
Materiais, energia e outros operacionais	(8.646)	(41.330)	(50.827)	(56.562)
Serviços de terceiros	(12.886)	(6.395)	(23.239)	(32.827)
Valor adicionado bruto	306.748	289.691	1.012.771	1.095.209
Depreciação e amortização	(16.366)	(15.596)	(53.105)	(53.426)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	290.382	274.095	959.666	1.041.783
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	120.094	114.567	—	—
Receitas financeiras	55.644	28.250	63.363	27.041
Valor adicionado total a distribuir	466.120	416.912	1.023.029	1.068.824
Reservas de capital				
Capital social	66.983	19.866	—	—
Incentivos fiscais	—	—	—	—
Parcela de ação de controladas	—	—	12.306	—
Outras	—	—	—	22
	481.241	19.866	12.306	22
Reservas de lucros				
Legal	440.752	—	18.340	13.802
Incentivos fiscais	(21.805)	—	—	—
Retenção de lucros	—	—	—	82.283
	466.120	416.912	1.023.029	1.068.824

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras - Em 31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

Autometal S.A. é uma sociedade anônima com sede em Diadema, Estado de São Paulo, fundada em 12 de novembro de 1964. A Autometal S.A. (a "Companhia" ou "Autometal") e suas controladas ("Grupo") constituem um grupo industrial composto por várias empresas cujas principais atividades são o projeto, a fabricação e a venda de componentes e subconjuntos para o mercado global automotivo em tecnologias complementares, como alumínio, forja, metais, plástico e fundição, com vários processos associados, tais como: mecanizado, solda, pintura e montagem. Suas principais instalações estão localizadas no Brasil (estados de São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Ceará) e no México (estados de Guanajuato, Coahuila e México Distrito Federal).

Todas as empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, relacionadas adiante, já estavam sob o controle comum do grupo espanhol controlado pela CIE Automotive, S.A., Companhia listada nas Bolsas de Bilbao e Madrid (Espanha) e em decorrência da reorganização societária passaram a ser controladas da Autometal S.A. no primeiro trimestre de 2010. O Grupo CIE Automotive desenvolve sua atividade basicamente no desenho, na fabricação e na venda de componentes automotivos (embora também desenvolva negócios no setor de produção e comercialização de bicombustíveis e no setor de tecnologia), como um grupo que atua globalmente no mercado internacional, mediante um conjunto de controladas situadas principalmente na Europa, no México, no Brasil e na República Popular da China. As principais atividades do Grupo CIE Automotive são as mesmas descritas para a Companhia e as suas controladas.

Em 4 de fevereiro de 2011, a Companhia e sua controladora CIE Autometal S.A., registraram na Comissão de Valores Mobiliários - CVM oferta pública de distribuição primária de 31.482.300 ações ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames e oferta pública de distribuição secundária, exclusivamente no caso de exercício da opção de ações suplementares, conforme definido abaixo, de 3.148.230 ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do acionista vendedor, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames.

As ações foram ofertadas no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com os procedimentos previstos na Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada e demais disposições aplicáveis, com esforços de colocação no exterior, nos Estados Unidos da América, para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), conforme definidos na *Rule 144A do Securities Act of 1933* dos Estados Unidos da América, conforme alterado, em operações isentas de registro em conformidade com o disposto no Securities Act e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, e, nos demais Países, exceto o Brasil e os Estados Unidos da América, em conformidade com os procedimentos previstos no *Regulation S do Securities Act*, respeitada a legislação vigente no País de domicílio de cada investidor, em qualquer caso, que invistam no Brasil por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pela legislação brasileira aplicável.

O preço por ação foi fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento, conduzido, no Brasil, pelos coordenadores da oferta junto a investidores institucionais, em conformidade com o artigo 23, parágrafo 1º, e o artigo 44 da Instrução CVM nº 400, e de acordo com o artigo 170, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações ("Procedimento de *Bookbuilding*"). A escolha do critério para determinação do preço por ação encontra-se justificada pelo fato de que o preço por ação não promove a diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia e de que as ações serão distribuídas por meio de oferta pública, em que o valor de mercado das ações foi aferido com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, que reflete o valor pelo qual os investidores institucionais apresentaram suas ordens de investimento no contexto da oferta.

	Reais		Comissões (i) (ii)	Reais líquidos (i) (ii)
	Valores brutos	Comissões (i) (ii)		
Valor por ação	14,00	0,38	—	13,62
Valor total	440.752.200	12.119.694	—	428.632.506

(i) Sem considerar o exercício da opção de ações suplementares.

(ii) Sem dedução das despesas da oferta.

Em adição às comissões no valor de R\$ 12.120 mencionadas acima, foram incorridos gastos adicionais no valor de R\$ 9.685 relacionados ao processo de abertura de capital da Companhia. Em consequência, o total de gastos de R\$ 21.805 foi apresentado como redutor do capital social da Companhia.

Em 4 de fevereiro de 2011, a Companhia comunicou ao mercado que nos termos do disposto na Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada, e na Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, a Autometal S.A. e a CIE Autometal S.A. (Controladora), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, que tendo em vista a participação de pessoas vinculadas na oferta, em especial a participação da CIE Autometal S.A. mediante a subscrição de ações correspondentes a 12,71% das ações objeto da oferta (sem considerar as ações do lote suplementar), o montante de ações em circulação da Companhia foi, inicialmente, de 21,83% - inferior ao limite mínimo de 25% estabelecido no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA").

Em 7 de fevereiro de 2011, as ações da Companhia começaram a ser negociadas na BM&FBOVESPA sob o código AUTM3.

Após a conclusão da oferta, a composição do capital social da Companhia ficou da seguinte forma, sem considerar o exercício da opção de ações suplementares:

Acionista	Antes da oferta		Depois da oferta	
	Ações ordinárias	Percentual	Ações ordinárias	Percentual
CIE Autometal S.A.	94.101.031	99,66	98.101.031	77,92
Outros acionistas	139.772	0,14	139.772	0,11
Conselheiros	184.538	0,20	184.538	0,15
Ações em circulação	—	—	27.482.300	21,82
	94.425.341	100,00	125.907.641	100,00

Em 18 de fevereiro de 2011, foi exercida a opção de lote suplementar de 968.530 ações, alterando a composição do nosso capital social para:

(c) Estrutura do Grupo em 31 de dezembro de 2011

Empresa	Atividade	Domicílio	Participação do consolidado - %	Ano de integração ao Grupo CIE Automotive, S.A.
Autometal S.A.	Fabricação de componentes automotivos	Brasil	100	Anterior a 2006
Autometal Investimentos e Imóveis Ltda.	Serviços e instalações	Brasil	100	Anterior a 2004
Autometal SBC Injeção, Pintura e Cromação de Plásticos Ltda.	Fabricação de componentes Automotivos	Brasil	100	Anterior a 2006
Autoforjas Ltda.	Fabricação de componentes automotivos	Brasil	100	2006
Componentes Automotivos Taubaté Ltda.	Holding	Brasil	100	2006
Duramel S.A.	Fabricação de componentes automotivos	Brasil	50	2006
Jardim Sistemas Automotivos e Industriais S.A.	Fabricação de componentes automotivos	Brasil	100	Anterior a 2006
Metalúrgica Nakayone Ltda.	Fabricação de componentes automotivos	Brasil	100	2007
CIE Autometal de México, S.A. de C.V.	Holding	México	100	Constituição em 2008
(antes sob CIE Bériz de México, S.A. de C.V.) (i)	Holding	México	100	Constituição em 2009
CIE Bériz de México Participaciones Industriales, S.A. de C.V.	Fabricação de componentes automotivos	México	100	2006
CIE Celaya, S.A.P.I. de C.V.	Serviços	México	100	Constituição em 2009
CIE Bériz de México Servicios Administrativos, S.A. de C.V.	Serviços	México	100	2010
Inmobiliaria El Puente S.A. de C.V.	Serviços	México	100	Constituição em 2009
Maquinados Automotrices y Talleres Industriales de Celaya, S.A. de C.V.	Fabricação de componentes automotivos	México	100	(ii)
Nugar, S.A. de C.V. (antes sob Blanking, S.A. de C.V.)	Fabricação de componentes automotivos	México	100	(iii)
Percaser de México, S.A. de C.V.	Serviços	México	100	2006
Pintura, Estampado y Montaje, S.A.P.I. de C.V.	Fabricação de componentes Automotivos	México	100	2007
Pintura y Ensamblados de México, S.A. de C.V. (antes Duroplast)	Fabricação de componentes Automotivos	México	100	2007
Servicat S. Cont., Adm. y Técnicos, S.A. de C.V. (antes sob Nugar)	Serviços	México	100	2007
(i) Em 13 de setembro de 2010, a denominação social da CIE Bériz de México, S.A. de C.V. foi alterada para CIE Autometal de México, S.A. de C.V.				
(ii) Em 21 de dezembro de 2010, a Blanking S.A. de C.V. incorporou a controlada Organización ADTEC, S.A. de C.V. e Pesimex, S.A. de C.V. foi alterada para Nugar S.A. de C.V.				
(iii) Em 21 de dezembro de 2010, a Percaser de México S.A. de C.V. incorporou as controladas Organización ADTEC, S.A. de C.V. e Pesimex, S.A. de C.V.				

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	183.795	144.477	246.860	197.510
Ajustes				
Depreciação e amortização (Notas 11 e 12)	16.354	15.596	53.105	53.426
Resultado na venda de ativo imobilizado e intangível	73	(127)	4.878	109
Provisão para contingências	(3.973)	(3.942)	(1.438)	(6.444)
Equivalência patrimonial	(120.094)	(114.567)	—	—
Plano de opções de ações	583	—	583	—
Resultado financeiro	(12.798)	9.687	(7.069)	37.763
	63.940	51.124	296.919	282.367
Variações nos ativos e passivos				
Conta a receber de clientes e outros contas a receber	(3.102)	(450)	31.814	(31.393)
Estoques	(8.717)	(3.819)	(16.029)	(14.938)
Fornecedores e outros passivos	(11.499)	(15.863)	(24.448)	(88.890)
Outros ativos e passivos, líquidos	(12.990)	73	(6.977)	2.630
	27.632	31.065	281.279	149.686
Caixa proveniente das operações				
Juros recebidos	55.209	4.312	60.923	7.786
Juros pagos	(14.089)	(13.798)	(20.263)	(22.685)
Impostos pagos	(6.626)	—	(71.125)	(32.259)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	62.126	21.579	250.814	102.528
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de subsidiária, líquido do caixa adquirido	—	—	—	(39.290)
Aquisição de imobilizado (Nota 12)				



Continuação

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e certos ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados a valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso, pela administração da Companhia, de estimativas e premissas que afetam os saldos ativos e passivos e outras transações. Como o julgamento da administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados eventualmente podem divergir dessas estimativas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas nas Notas 3 e 4.

Para fins de melhor apresentação e comparabilidade dos números, a demonstração do resultado de 2010, consolidado e controladora, foi reclassificada. A reclassificação ocorreu entre as contas de custo dos produtos vendidos e despesas operacionais.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

As demonstrações financeiras consolidadas também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são publicadas juntas com as demonstrações financeiras consolidadas.

(c) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs/IFRS vigendo a partir de 2012 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.2. Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas incorporadas nas demonstrações financeiras consolidadas (Nota 1)

Controladas são todas as entidades cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pelo Grupo e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto (capital votante). A existência e o efeito de direitos de voto potenciais, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se o Grupo controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

O Grupo usa o método de contabilização da aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação do grupo de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio (*goodwill*). Nas aquisições em que o Grupo atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação do Grupo e dos não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

As operações entre as empresas do Grupo e os saldos e os ganhos não realizados nessas operações foram eliminados. As perdas não realizadas também foram eliminadas, a menos que a transação proporcionasse evidência de uma perda por desvalorização do ativo transferido. Foram também eliminados os investimentos com o patrimônio das empresas investidas. As políticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pelo Grupo.

Na Nota 1 são detalhadas as empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas.

(b) Transações e participações não controladoras

O Grupo trata as transações com participações não controladoras como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta ajustes de avaliação patrimonial.

Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma joint venture ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se o Grupo tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

(c) Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso da Autometal, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria custo ou valor justo.

2.3. Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Comissão Delegada do Grupo CIE Autometal, responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas.

As informações financeiras por segmentos de negócios são apresentadas na Nota 23.

2.4. Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). Todas as entidades do Grupo têm como moeda funcional a moeda do país em que estão situadas, com exceção das empresas mexicanas (Nota 1), cuja moeda funcional é o dólar norte-americano (US\$).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e também a moeda de apresentação do Grupo.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio líquido como operações de *hedge* de investimento líquido qualificadas. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira, classificados como ganhos ou perdas cambiais líquidas.

(c) Empresas do Grupo com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.
- As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações).
- Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido.

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior e de empréstimos e outros instrumentos de moeda estrangeira designados como *hedge* desses investimentos são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são proporcionalmente reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda sobre a venda.

Os ajustes no ágio e no valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior, são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, bem como contas garantidas. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos e financiamentos" no passivo circulante.

2.6. Ativos financeiros

2.6.1. Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido principalmente para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo, e são incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem principalmente "Contas a receber e demais contas a receber" (Nota 8).

2.6.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados na demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; nesse último caso, desde que o Grupo tenha transferido significativamente todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

2.6.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.4. Impairment de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- o dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado consolidado.

2.7. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato de o derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge*. Em caso afirmativo, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. O Grupo pode designar certos derivativos, como:

- hedge* de valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou um compromisso firme (*hedge* de valor justo);
- hedge* de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (*hedge* de fluxo de caixa);
- hedge* de um investimento líquido em uma operação no exterior (*hedge* de investimento líquido).

O Grupo documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. O Grupo também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*.

O valor justo de vários instrumentos derivativos usados para fins de *hedge*, exceto pelo *hedge* de investimento líquido, está divulgado na Nota 7. O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for inferior a 12 meses. Os derivativos de negociação são classificados como ativo ou passivo circulante.

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, o Grupo não apresenta derivativos designados como *hedge* de valor justo e de fluxo de caixa.

(i) *Hedge* de investimento líquido

As operações de *hedge* de investimentos líquidos em operações no exterior são contabilizadas de modo semelhante às de *hedge* de fluxo de caixa.

Qualquer ganho ou perda do instrumento de *hedge* relacionado com a parcela efetiva do *hedge* é reconhecido no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas".

Os ganhos e as perdas acumulados no patrimônio são proporcionalmente incluídos na demonstração do resultado quando a operação no exterior for parcial ou integralmente alienada ou vendida.

Detalhes sobre essas operações estão incluídos nas Notas 14 e 21.

(ii) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Resultado financeiro".

2.8. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou "*impairment*"). As operações de vendas de faturas de clientes (desconto) nas quais se transferem substancialmente todos os riscos e os benefícios associados a essas faturas às entidades financeiras são baixadas dos saldos de contas a receber.

2.9. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado, basicamente, da seguinte forma:

- Matérias-primas - ao custo médio ponderado de aquisição;
 - Produtos acabados e em elaboração - a custos preestabelecidos que não apresentam desvios significativos em relação aos custos reais incorridos. Esses custos incluem os de matérias-primas, de mão de obra direta e os diretos e indiretos de fabricação (com base na capacidade operacional normal), excluindo os de empréstimos.
- Os produtos obsoletos ou de movimentação lenta estão reduzidos ao valor de realização, que é calculado como o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos as despesas comerciais variáveis aplicáveis.

2.10. Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida (inicialmente do Grupo CIE Automotivo (Nota 1)). O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as UGCs ou para os grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.

(b) Gastos com pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas quando incorridos. Os gastos incorridos em projetos de desenvolvimento (relacionados com o projeto e os testes dos produtos novos ou aperfeiçoados) são reconhecidos como ativo intangível quando é provável que o projeto venha a ser um sucesso. Para tanto, considera-se a sua viabilidade técnica e comercial, o fato de que a administração tem a intenção de completar o projeto e dispõe dos recursos técnicos e financeiros para fazê-lo, existe a capacidade de utilizar ou vender o ativo gerando prováveis benefícios econômicos, e se seus custos podem ser estimados de forma confiável. Outros gastos com desenvolvimento são reconhecidos como despesas quando incorridos. Os gastos com desenvolvimento reconhecidos inicialmente como despesas no resultado não são reconhecidos como parte do custo de um ativo intangível em data subsequente. Os custos de desenvolvimento reconhecidos como ativos são amortizados desde o início da produção comercial do produto, pelo método linear, durante o período esperado para a geração dos benefícios, não superior a cinco anos.

Os custos de desenvolvimento capitalizados, porém relacionados a ativos que ainda não estejam disponíveis para uso, são submetidos a teste anual de *impairment*.

(c) Programas de computador (*softwares*)

As licenças adquiridas para programas de computador (*softwares*) são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-las e prepará-las para usar o *software* específico. Os gastos relacionados com a manutenção de *software* são reconhecidos como despesa quando incorridos. Os custos diretamente atribuíveis à produção de *softwares* únicos e identificáveis controlados pelo Grupo, e que seja provável gerarem benefícios econômicos superiores aos seus custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis incluem os custos do pessoal que desenvolve os *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas relevantes. Os *softwares* adquiridos de terceiros ou desenvolvidos internamente, reconhecidos como ativos, são amortizados durante suas vidas úteis estimadas, que não ultrapassam cinco anos.

2.11. Imobilizado

Os elementos do ativo imobilizado são reconhecidos por seu custo histórico, menos depreciação e correspondentes perdas por deterioração (*impairment*) acumuladas, exceto no caso dos terrenos, que não são depreciados e se apresentam líquidos das perdas por *impairment* acumuladas. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que os benefícios econômicos futuros associados aos itens fluam para o Grupo e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e todas as outras manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os encargos financeiros incorridos para a construção de qualquer ativo qualificado são capitalizados durante o período de tempo necessário para completar e preparar o ativo para o uso pretendido. Outros custos de juros são registrados no resultado. Os terrenos não são depreciados. A administração do Grupo determina as vidas úteis estimadas dos itens do ativo imobilizado que geram, mediante sua aplicação como critério sistemático, os correspondentes encargos por depreciação. Essa estimativa de vidas úteis se baseia nos níveis de produção reais realizados e considera uma vida útil máxima e um valor residual dos itens de imobilizado, como segue:

Anos de vida útil estimado	
Edificações	20 a 25
Máquinas	10 a 12,5
Veículos	4 a 5
Móveis, utensílios e equipamentos	10
O valor residual e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, ao fim de cada exercício.	

Quando o valor contábil de um ativo é superior ao seu valor recuperável estimado, seu valor é baixado até seu valor recuperável (Nota 2.12).

Os resultados da venda de ativo imobilizado são calculados pela comparação das receitas auferidas com os valores contábeis e são incluídos na conta de resultados em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas".

Quando da preparação das primeiras demonstrações financeiras em IFRS em 31 de dezembro de 2009, com data de transição em 1º de janeiro de 2007, a Companhia adotou a opção de custo atribuído (*deemed cost*), seguindo seus valores contábeis incluídos nas demonstrações consolidadas em IFRS do Grupo CIE Automotivo, S.A., controladora indireta da Companhia.

2.12. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um

ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.13. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

As contas a pagar aos fornecedores são reconhecidas inicialmente pelo seu valor justo e posteriormente são apresentadas pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

2.14. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva. As taxas pagas na obtenção do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado por serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.15. Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e impostos indiretos) e para acordos comerciais com clientes são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.16. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral quando relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.17. Benefícios a empregados

(a) Obr



Continuação

2.23. Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2011. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi adotada, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

• O IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituiu os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outro resultado abrangente e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descausamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

• O IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas" apóia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 10. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

• IFRS 11 - "Acordos em conjunto", emitido em maio de 2011. A norma provê reflexões mais realistas dos acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo ao invés de sua forma legal. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

• O IFRS 12 - "Divulgação de participação em outras entidades", trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 12. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

• IFRS 13 - "Mensuração de valor justo", emitido em maio de 2011. O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. O Grupo ainda está avaliando o impacto total do IFRS 13. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não tenham entrado em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Perda (impairment) estimada do ágio

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (impairment) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.12. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 11).

Se a taxa estimada de desconto revisada que se aplica aos fluxos de caixa descontados tivesse resultado em 10% acima das estimativas da administração, o Grupo continuaria sem necessidade de reduzir o valor do ágio registrado.

No que diz respeito às hipóteses utilizadas para determinar o EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) das UGCs, utilizou-se o cenário mais conservador para que não fossem prováveis distorções negativas.

(b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

O Grupo está sujeito ao imposto de renda e contribuição social em várias jurisdições. É requerido um grau importante de julgamento para determinar a provisão para tais impostos. O Grupo reconhece impostos diferidos em que a aplicação da norma vigente das diferentes autoridades fiscais vem sendo impactada pelas distintas diferenças temporárias dos ativos e passivos. Não obstante, existem determinadas transações e cálculos para os quais a determinação do imposto é incerta durante o curso ordinário dos negócios.

O Grupo tem a política de registrar provisões para prováveis contingências fiscais sobre questões nas quais a legislação permite diferentes interpretações, antecipando, com base nas estimativas, potenciais impostos adicionais. Essas provisões são revisadas à medida que são recebidas as resoluções definitivas das diferentes autoridades fiscais competentes para a inspeção e a arrecadação de tributos, nas quais serão corrigidas, no seu caso, as autuações anteriormente apresentadas para as empresas do Grupo. As autuações realizadas pelas autoridades fiscais não geraram a saída de recursos do Grupo.

3.2. Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade

Vida útil de ativos imobilizados

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, as variações nas estimativas de vidas úteis de ativos imobilizados não tiveram efeitos relevantes nas depreciações registradas naquele exercício.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. O Grupo usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

Em sentido amplo, a gestão de riscos financeiros tem por objetivo o controle das incidências geradas pelas variações nas taxas cambiais e juros e nos preços de matérias-primas.

Essa gestão vem sendo realizada diretamente pela diretoria financeira do Grupo com o objetivo de cobrir seus próprios riscos, embora sempre tenha estado enquadrada na gestão global do Grupo CIE Automotiva e perfeitamente alinhada com esta. A administração pretende manter essa maneira local e global de administrar os riscos.

Essa gestão normalmente se concretiza na contratação de instrumentos que permitam, na medida do possível, que a participação em ambientes favoráveis de movimentação de taxas cambiais e de juros seja compatível com a limitação, em parte ou no todo, dos prejuízos em função de um ambiente desfavorável.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

As operações do Grupo no mercado internacional impõem a necessidade de articular uma política de gestão de risco de taxa de câmbio. O objetivo fundamental é reduzir o impacto negativo sobre sua atividade em geral e sobre sua conta de resultados em particular que resulta em variações nas taxas de câmbio, de modo que seja possível proteger-se de movimentações adversas e, nesse caso, aproveitar uma evolução favorável.

Para a gestão desse risco, o Grupo pode utilizar instrumentos financeiros derivativos que possam ser considerados como instrumentos de *hedge* e, portanto, possam ser passíveis à aplicação das regras de contabilidade restritas a tais instrumentos de acordo com o CPC 38 - "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração".

Para articular essa política, o Grupo utiliza o conceito de âmbito de gestão. Nesse conceito, são englobados todos aqueles fluxos a receber/pagar em outra moeda, que não o real, que se materializarão ao longo de um determinado período. O âmbito de gestão incorpora os ativos e passivos em moeda estrangeira, assim como os compromissos firmes ou altamente prováveis de compras ou vendas em outras moedas, além do real. Os ativos e passivos em moeda estrangeira são objeto de gestão seja qual for o seu alcance temporário, enquanto os compromissos firmes de compras ou vendas que fazem parte do âmbito de gestão serão objeto desta se a previsão de sua incorporação ao balanço ocorrer num período superior a 18 meses. No que diz respeito a esse termo, um documento interno de revisão periódica é preparado pelo menos mensalmente, no qual é detalhado o âmbito de gestão em cada um de seus parágrafos.

Quanto às empresas consolidadas com sede no Brasil, suas operações, tanto de compras e serviços recebidos como de vendas, são realizadas praticamente em sua totalidade em reais; por esse motivo, os riscos gerados pela flutuação das taxas de câmbio não resultam em nenhum caso relevante.

Em 31 de dezembro de 2011, caso o real se desvalorize/valorize em relação ao dólar norte-americano (moeda funcional das empresas controladas no México) de acordo com as melhores estimativas do Grupo, considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o patrimônio líquido consolidado e da controladora seria diminuído ou aumentando conforme demonstrado quadro abaixo, basicamente como consequência dos patrimônios aportados pelas empresas mexicanas e pelos empréstimos vinculados à variação cambial do dólar norte-americano.

Estão apresentados abaixo três cenários, sendo o cenário I o provável, os cenários II e III com uma estimativa de desvalorização/valorização de 25% e 50%, respectivamente.

Os efeitos demonstrados abaixo referem-se unicamente às operações que não são objeto de *swap*, cujo efeito estão apresentados no item (d) abaixo.

	Cenário provável I	Cenário II	Cenário III
Cotação do dólar - reais (apreciação)	1,92	2,34	2,81
Efeito no patrimônio líquido			
Controladas mexicanas	11.145	111.448	222.897
Empréstimos em dólares	(3.333)	(33.333)	(66.667)
	7.812	78.115	156.230

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Considerando que o Grupo não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais do Grupo são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco de taxa de juros do Grupo decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem o Grupo ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Durante 2011 e 2010, os empréstimos do Grupo às taxas variáveis eram mantidos em reais e em dólares.

O Grupo analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e *hedge* alternativos. Com base nesses cenários, o Grupo define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Para cada simulação, é usada a mesma mudança na taxa de juros para todas as moedas. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

Com base nas simulações realizadas, o impacto sobre o lucro, depois do cálculo do imposto de renda e da contribuição social, com uma variação em torno de 2,5% corresponderia um aumento/redução máxima de R\$ 671 (2010 - R\$ 72). A simulação é feita trimestralmente para verificar se o potencial máximo de prejuízo está dentro do limite determinado pela administração.

	Deterioração	
	2011	2010
Taxa de juros - risco de alta nos juros		
CDI	456	28
TJLP	214	33
LIBOR	1	11
Risco total	671	72

Baseado em diversos cenários, o Grupo administra o risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros, usando o *swap* de taxa de juros, que recebe juros variáveis e paga juros fixos e tem o efeito econômico de converter empréstimos mantidos em taxas variáveis para taxas fixas. As taxas fixas, que são resultado dessa operação de *swap*, são menores que aquelas disponíveis se o Grupo tomasse os empréstimos diretamente a taxas fixas. Por meio das operações de *swap* de taxas de juros, o Grupo concorda com outras partes em trocar, a intervalos especificados (principalmente trimestrais), a diferença entre as taxas contratuais fixas e os valores de juros a taxas variáveis, calculada mediante os valores de referência (nacional) acordados entre as partes. Eventualmente, o Grupo também efetua operações de *swap* de taxa de juros fixa para taxa variável, a fim de proteger o risco de taxa de juros ao valor justo, decorrente de empréstimos tomados a taxas fixas.

(b) Risco de crédito

Os riscos de crédito são administrados por grupos de clientes. O risco de crédito que surge do CDI e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros e depósitos em bancos e instituições financeiras é considerado irrelevante dada a qualidade do crédito dos bancos com que o Grupo opera.

Com o objetivo de minimizar esse risco nos saldos dos clientes, o Grupo mantém uma política rígida de acompanhamento dos saldos dos clientes e dedica recursos especializados a esse trabalho. Como consequência dessa gestão, a qualidade creditícia dos saldos pendentes é boa. Historicamente foi considerado que, pelas características dos clientes do Grupo, os saldos a receber com vencimento menor do que 60 dias não apresentam risco significativo de crédito.

(c) Risco de liquidez

Uma gestão prudente do risco de liquidez implica manutenção de caixa suficiente e disponibilidade de linhas de crédito. Dessa forma, a estratégia do Grupo é a de manter, por meio de seu departamento de Tesouraria, a flexibilidade necessária ao financiamento mediante a disponibilidade de linhas de crédito comprometidas. Adicionalmente, e por causa das necessidades de liquidez, o Grupo continua a utilizar instrumentos financeiros de liquidez (*factoring* sem recurso ou venda de faturas a receber de clientes por meio das quais os riscos e benefícios das contas a receber são transferidos) que, como política, não ultrapassam 30% dos saldos vendidos de clientes, de forma a manter os níveis de liquidez e a estrutura do capital de giro exigidos em seus planos de atividade.

A administração do grupo CIE Automotiva na Espanha, em coordenação com a do Grupo no Brasil, realiza um acompanhamento das previsões da reserva de liquidez do Grupo, assim como da evolução da dívida financeira líquida, sendo seu cálculo para o Grupo, em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, como segue:

	2011		2010		Risco	Provável	25%	50%
	Passivo	Nocional	Passivo	Nocional				
Cotação do dólar - reais						1,80	2,25	2,70
Taxa CDI (trimestre) - %						2,37	3,33	4,00
Swaps de taxa de juros	(11.089)	111.884	3.944	136.180		(1.547)	1.318	3.312
US\$ para R\$ (CDI)	(11.089)	111.884	1.492	35.000	Alta do real (CDI)	(1.547)	1.318	3.312
US\$ para R\$ (CDI) (i)			2.452	101.180				
Empréstimos e financiamentos sujeitos à variação cambial e oscilação na taxa de juros (2)	132.244	111.884	134.216	136.180	Alta do dólar	(4.868)	26.751	58.369
Efeito líquido	121.155		138.160			(6.415)	28.069	61.681

(1) Contratos de *swap* com duplo indexador, que prevêm o pagamento pela variação cambial ou a variação do CDI, dos dois o maior. Desta forma, a Companhia está exposta ao risco de alta do dólar.

(2) Somente aqueles empréstimos relacionados com instrumentos derivativos.

4.2. Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

O Grupo acompanha o capital de acordo com o índice de alavancagem, em linha com a prática do setor. Esse índice é calculado como a dívida financeira líquida dividida entre o capital total empregado no negócio. A dívida financeira líquida é calculada considerando os empréstimos e financiamentos, os saldos entre empresas do grupo e os saldos de caixa e equivalentes de caixa, tal como cada uma dessas contas se mostram nas demonstrações financeiras. O capital total empregado no negócio é calculado como o patrimônio líquido, tal como se mostra nas demonstrações financeiras, incluindo a dívida financeira líquida.

Os índices de alavancagem do Grupo em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Dívida financeira (caixa) líquida (Nota 4.1(c))	(233.526)	155.944	(258.317)	213.028
Patrimônio líquido	1.128.718	565.327	1.181.193	610.746
Capital total empregado no negócio	895.192	721.271	922.876	823.774
Índice de alavancagem - %	(0,26)	0,22	(0,28)	0,26

Esse índice de alavancagem está de acordo com a estratégia geral do Grupo para suas empresas situadas no Brasil e no México, que estabeleceu como objetivo a obtenção de um autofinanciamento das operações das empresas consolidadas, somente recorrendo ao financiamento externo para situações pontuais de necessidade de capital circulante.

4.3. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares.

O Grupo aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2011:

	2011			Controladora			2010		
	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Total	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Total	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Total
Ativos, conforme o balanço patrimonial									
Caixa e bancos (Nota 6)	5.319		5.319	7.615		7.615			7.615
Aplicações financeiras de liquidez imediata (Nota 6)		695.500	695.500		72.159	72.159			72.159
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 7)		11.089	11.089						
Contas a receber e demais contas a receber (Nota 8)	33.107		33.107	40.863		40.863			40.863
Partes relacionadas (Nota 31)	225.396		225.396	225.498		225.498			225.498
	263.822		263.822	273.976		273.976			273.976

	2011			Controladora			2010		
	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
Passivos, conforme o balanço patrimonial									
Fornecedores e outras contas a pagar (Nota 13)		29.656	29.656		25.431	25.431			25.431
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 7)				3.944		3.944			3.944
Empréstimos e financiamentos, exceto derivativos (Nota 14)		642.333	642.333		407.103	407.103			407.103
Partes relacionadas (Nota 31)		50.356	50.356		50.169	50.169			50.169
		722.345	722.345		482.703	482.703			482.647

	2011			Controladora			2010		
	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Total	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Total	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Total
Ativos, conforme o balanço patrimonial									
Caixa e bancos (Nota 6)	13.640		13.640	20.568		20.568			20.568
Aplicações financeiras de liquidez imediata (Nota 6)		915.033	915.033		172.774	172.774			172.774
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 7)		11.089	11.089						
Contas a receber e demais contas a receber (Nota 8)	151.506		151.506	154.376		154.376			154.376
Partes relacionadas (Nota 31)		290	290		290	290			290
	165.146		165.146	175.234		175.234			175.234

	2011			Controladora			2010		
	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
Passivos, conforme o balanço patrimonial									
Fornecedores e outras contas a pagar (Nota 13)		209.045	209.045		180.184	180.184			180.184
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 7)				3.944		3.944			3.944
Empréstimos e financiamentos, exceto derivativos (Nota 14)		666.247	666.247		445.449	445.449			445.449
Partes relacionadas (Nota 31)		4.109	4.109		4.797	4.797			4.797
		879.401	879.401		630.430	630.430			630.430

6. Caixa e equivalentes de caixa

|--|

Continuação

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, existia na controladora saldo de contas a receber vencido há mais de 60 dias no valor de R\$ 3.019 e R\$ 4.820, respectivamente (2011 - R\$ 8.120 e 2010 - R\$ 10.662 no consolidado), sem risco de perda, uma vez que correspondem a clientes independentes sobre os quais não existe histórico de atrasos que levem a perdas e que se encaixam no contexto do setor automotivo, no qual muitos pagamentos estão relacionados com marcos na industrialização de projetos.

A análise por vencimento desses saldos de contas a receber vencidos é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
De 2 a 4 meses	689	1.066	2.051	3.781
De 2 a 12 meses	1.384	3.435	3.424	5.041
Mais de 12 meses	946	319	2.645	1.840
	<u>3.019</u>	<u>4.820</u>	<u>8.120</u>	<u>10.662</u>

Com o objetivo de minimizar o risco nos saldos de clientes, o Grupo mantém uma política rígida de acompanhamento dos saldos de clientes e dedica recursos especializados a esse trabalho. Deve-se destacar, além disso, que historicamente considerou-se que, pelas características dos clientes do Grupo, os saldos a receber com vencimento menor do que 60 dias não têm risco significativo de crédito.

As contas a receber de clientes são mantidas nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Reais	25.894	30.461	61.437	51.587
Dólares americanos	2.429	836	66.413	75.047
Pesos mexicanos				411
	<u>28.323</u>	<u>31.297</u>	<u>127.850</u>	<u>127.045</u>

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes do Grupo são as seguintes:

10. Investimentos em controladas e controladas em conjunto

(a) Movimentação dos investimentos

	Jardim Sistemas Automotivos e Indústria S.A.	Componentes Automotivos Taubaté Ltda.	Metalúrgica Nakayone Ltda.	Durametel S.A.	Autometal SBC Injeção, Pintura e Cromação de Plásticos Ltda.	Autometal Investimentos e Imóveis Ltda.	CIE Bériz de México, S.A. de C.V.	Total	
								2011	2010
Saldo em 31 de dezembro de 2009									
Integralização	3.016	7.656	59.179	38.962	33.925	5.586	340.596	488.920	
Ajustes de conversão de balanço					(77)	(8.722)	(62.533)	(62.533)	
Ajustes de equalização de princípios e outros ajustes	254	19.733	817	(875)	(7.409)	(1.339)	(536)	11.469	
Dividendos pagos								(2.214)	
Ajuste de equivalência patrimonial	2.722	8.138	8.386	7.409	18.406	9.046	60.460	114.567	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	5.992	35.527	68.382	45.419	43.609	13.293	337.987	550.209	
Ajustes de conversão de balanço							49.544	49.544	
Outros ajustes		219		(307)	324		(156)	80	
Dividendos pagos				(2.636)				(2.636)	
Ajuste de equivalência patrimonial	3.172	11.744	9.405	9.999	17.422	9.978	58.374	120.094	
Saldo em 31 de dezembro de 2011	9.164	47.490	77.787	52.475	61.355	23.271	445.749	717.291	

(b) Controladas diretas

	Milhares de ações ou quotas possuídas pela Companhia		Participação da Companhia - %		Patrimônio líquido	Lucro líquido
	Ordinárias	Preferenciais	No capital integralizado	No capital votante		
Em 31 de dezembro de 2011			100	100	23.271	9.978
Autometal Investimentos e Imóveis Ltda.....	5.587					
Autometal SBC Injeção, Pintura e Cromação de Plásticos Ltda.....	66		100	100	61.355	17.422
CZIE Bériz de México, S.A. de C.V.....	1.920.302		100	100	445.749	58.374
Componentes Automotivos Taubaté Ltda.....	100		100	100	47.490	11.744
Durametel S.A.....	46.225	5.136	50	52,63	104.950	19.998
Jardim Sistemas Automotivos e Indústria S.A.....	8.010		100	100	9.164	3.172
Metalúrgica Nakayone Ltda.....	51.836		98,45	98,45	79.012	9.553

11. Intangível

	2011			2010		
	Ágio	Outros ativos intangíveis	Total	Ágio	Outros ativos intangíveis	Total
Custo						
Saldo em 1º de janeiro	16.123	2.334	18.457	16.123	124	16.123
Adições		243	243		124	124
Outras movimentações					2.210	2.210
Saldo em 31 de dezembro	<u>16.123</u>	<u>2.577</u>	<u>18.700</u>	<u>16.123</u>	<u>2.334</u>	<u>18.457</u>
Amortização						
Saldo em 1º de janeiro		(1.719)	(1.719)			
Outras movimentações					(1.498)	(1.498)
Adições		(211)	(211)		(221)	(221)
Saldo em 31 de dezembro		<u>(1.930)</u>	<u>(1.930)</u>		<u>(1.719)</u>	<u>(1.719)</u>
	<u>16.123</u>	<u>647</u>	<u>16.770</u>		<u>615</u>	<u>16.738</u>

	2011			2010		
	Ágio	intangíveis	Total	Ágio	intangíveis	Total
Custo						
Saldo em 1º de janeiro	270.652	31.177	301.829	16.123	124	16.123
Aporte inicial de empresas no consolidado (Nota 1)				218.919	23.640	242.559
Adições por combinação de negócios				35.403	1.861	37.264
Adições		2.461	2.461	24.740	4.117	28.857
Baixas		(5.027)	(5.027)		(822)	(822)
Outras movimentações (*)	12.824	2.765	15.589	(24.533)	2.381	(22.152)
Saldo em 31 de dezembro	<u>283.476</u>	<u>31.376</u>	<u>314.852</u>	<u>270.652</u>	<u>31.177</u>	<u>301.829</u>
Amortização						
Saldo em 1º de janeiro		(15.879)	(15.879)			
Aporte inicial de empresas no consolidado (Nota 1)					(11.118)	(11.118)
Adições		(3.525)	(3.525)		(3.453)	(3.453)
Outras movimentações (*)		1.449	1.449		(1.308)	(1.308)
Saldo em 31 de dezembro		<u>(17.955)</u>	<u>(17.955)</u>		<u>(15.879)</u>	<u>(15.879)</u>
	<u>283.476</u>	<u>13.421</u>	<u>296.897</u>	<u>270.652</u>	<u>15.298</u>	<u>285.950</u>

(*) Inclui basicamente o efeito da variação cambial do ativo intangível das empresas consolidadas situadas no México.

(a) Evidências de perda por desvalorização do ágio (*impairment*)
Com relação ao Grupo, o ágio foi alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) do Grupo com base nos ativos e passivos do Grupo que, conjunta e individualmente, geram os fluxos de caixa de uma área do negócio do ponto de vista da tecnologia, geografia e/ou do cliente, em razão das sinergias e dos riscos compartilhados.

A seguir, apresenta-se a alocação no nível da UGC (empresa produtiva ou grupo de empresas produtivas agrupadas) da alocação do ágio:

Grupo de empresas	Empresa individual ou grupo de empresas	2011		2010	
		Ágio	Valor justo alocado a ativos (*)	Ágio	Valor justo alocado a ativos (*)
Segmento Brasil	Nota 1	16.123	16.123	168.721	32.434
Segmento México	Nota 1			114.757	18.554
		<u>16.123</u>	<u>16.123</u>	<u>283.478</u>	<u>50.988</u>

(*) Líquido de amortizações.

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor de uso. Esses cálculos usam projeções de fluxos de caixa com base em orçamentos financeiros aprovados pela administração, que abrangem um período de cinco anos. Os fluxos de caixa além do período de cinco anos são extrapolados, assumindo uma hipótese prudente de adotar taxa de crescimento zero, que é inferior à taxa de crescimento médio de longo prazo de cada uma das UGCs.

(b) Premissas-chave usadas nos cálculos do valor de uso

A taxa de desconto aplicada nas projeções de fluxo de caixa foram as seguintes:

	Consolidado	
	2011	2010
Segmento Brasil - %	11,81	11,75
Segmento México - %	12,99	12,98

Estas taxas de desconto foram apresentadas depois dos impostos e refletem o risco específico relacionado com os segmentos relevantes e foram aplicadas na análise do exercício de 2011. O EBITDA orçado é o determinado pela administração em seus planos estratégicos, considerando uma atividade com estrutura semelhante à atual e com base na experiência dos exercícios anteriores. Adicionam-se a esses EBITDAs as outras movimentações líquidas de caixa previstas e os fluxos relacionados com impostos até resultar no caixa livre depois dos impostos gerados em cada exercício.

O resultado de utilizar fluxos de caixa antes de impostos e uma taxa de desconto antes dos impostos não difere significativamente do resultado de utilizar os fluxos de caixa depois dos impostos e uma taxa de desconto depois dos impostos.

(c) Resultados da análise

O ágio não sofreu qualquer perda por *impairment* durante o exercício de 2011. Na Nota 3.1 está incluída uma análise de sensibilidade do cálculo do valor recuperável dos ágios.

12. Imobilizado

Controladora	Saldo em 31 de dezembro de 2010			Transfe-rências	Saldo em 31 de dezembro de 2011		
	Adições	Baixas			Adições	Baixas	
Custo							
Terrenos e construções	6.624						6.624
Instalações técnicas e máquinas	172.314	2.585	(447)	3.429			177.881
Outros ativos imobilizados e adiantamentos e imobilizações materiais em curso	73.279	25.414	(212)	(3.429)	95.052		95.052
	<u>252.217</u>	<u>27.999</u>	<u>(659)</u>		<u>279.557</u>		
Depreciação							
Terrenos e construções	(793)	(265)	270				(788)
Instalações técnicas e máquinas	(103.748)	(14.055)					(117.803)
Outros ativos imobilizados e adiantamentos e imobilizações materiais em curso	(13.770)	(1.823)	7				(15.586)
	<u>(118.311)</u>	<u>(16.143)</u>	<u>277</u>		<u>(134.177)</u>		
Valor líquido contábil	<u>133.906</u>	<u>11.856</u>	<u>(382)</u>		<u>145.380</u>		

Consolidado	Saldo em 31 de dezembro de 2010			Transfe-rências	Saldo em 31 de dezembro de 2011		
	Adições	Baixas			Adições	Baixas	
Custo							
Terrenos e construções	260.181	3.460	(262)	7.327	18.741		289.447
Instalações técnicas e máquinas	718.335	17.358	(88.931)	59.036	33.487		739.285
Outros ativos imobilizados e adiantamentos e imobilizações materiais em curso	182.506	76.077	(4.689)	(66.459)	8.337		195.772
	<u>1.161.022</u>	<u>96.895</u>	<u>(93.882)</u>	<u>(96)</u>	<u>60.565</u>		<u>1.224.504</u>
Depreciação							
Terrenos e construções	(82.409)	(6.211)	112	667	(7.947)		(95.788)
Instalações técnicas e máquinas	(475.830)	(40.263)	85.996	(1.707)	(24.420)		(456.224)
Outros ativos imobilizados e adiantamentos e imobilizações materiais em curso	(44.813)	(3.106)	1.389	1.136	(650)		(46.044)
	<u>(603.052)</u>	<u>(49.580)</u>	<u>87.497</u>	<u>96</u>	<u>(33.017)</u>		<u>(598.056)</u>
Valor líquido contábil	<u>557.970</u>	<u>47.315</u>	<u>(6.385)</u>		<u>27.548</u>		<u>626.448</u>

(*) Inclui variação cambial do imobilizado das empresas consolidadas no México.

	Consolidado	
	2011	2010
Em 1º de janeiro	(1.248)	(500)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.462)	(1.610)
Contas a receber de clientes baixado por recebimento	1.291	196
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis		666
Em 31 de dezembro	<u>(1.419)</u>	<u>(1.248)</u>

As outras classes de contas a receber de clientes e demais não contêm ativos *impaired*. A exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. O Grupo não mantém nenhum título como garantia.

9. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Matérias-primas	7.421	8.586	70.261	66.708
Produtos em elaboração	32.280	24.541	61.291	62.272
Produtos acabados	12.567	10.424	31.742	25.550
	<u>52.268</u>	<u>43.551</u>	<u>163.294</u>	<u>154.530</u>

O valor dos estoques de produtos em elaboração e acabados inclui o valor da seguinte provisão por obsolescência:

	Consolidado	
	2011	2010
Em 1º de janeiro de 2010		(211)
Provisão para obsolescência por combinação de negócios (Nota 30)		(202)
Provisão para obsolescência		(193)
Em 31 de dezembro de 2010		(606)
Provisão para obsolescência		299
Em 31 de dezembro de 2011		(307)

	Jardim Sistemas Automotivos e Indústria S.A.	Componentes Automotivos Taubaté Ltda.	Metalúrgica Nakayone Ltda.	Durametel S.A.	Autometal SBC Injeção, Pintura e Cromação de Plásticos Ltda.	Autometal Investimentos e Imóveis Ltda.	CIE Bériz de México, S.A. de C.V.	Total	
								2011	2010
Saldo em 31 de dezembro de 2009									
Integralização	3.016	7.656	59.179	38.962	33.925	5.586	340.596	488.920	
Ajustes de conversão de balanço					(77)	(8.722)	(62.533)	(62.533)	
Ajustes de equalização de princípios e outros ajustes	254	19.733	817	(875)	(7.409)	(1.339)	(536)	11.469	
Dividendos pagos								(2.214)	
Ajuste de equivalência patrimonial	2.722	8.138	8.386	7.409	18.406	9.046	60.460	114.567	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	5.992	35.527	68.382	45.419	43.609	13.293	337.987	550.209	
Ajustes de conversão de balanço							49.544	49.544	
Outros ajustes									

19. Reservas e dividendos

Em 31 de dezembro de 2011, as reservas restritas em relação à distribuição totalizavam R\$ 73.513 e R\$ 2.543 no Brasil e no México, respectivamente.

(a) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(b) Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados ao final de cada exercício social, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos. Tal plano está fundamentado em orçamento de capital, a ser aprovado em Assembleia Geral.

(c) Reserva para incentivos fiscais

Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (emendado pela Lei nº 11.638, de 2008), essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais, reconhecidos no resultado do exercício e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados. Esses incentivos não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

(d) Reserva de ágio de controladas

Com o objetivo de equalizar os princípios contábeis do Grupo, as parcelas de ágio de controladas que foram incorporadas a investimentos mediante a primeira equivalência patrimonial no montante de R\$ 12.306 em 2010 foram apropriadas como ajuste em lucros acumulados. Subsequentemente, foi constituída reserva de capital pelo mesmo montante.

(e) Dividendos

Os dividendos obrigatórios correspondem a 25% do lucro líquido ajustado do exercício. Havendo saldo de resultados livres, os mesmos serão destinados de acordo com determinação da Assembleia Geral.

(f) Opções de ações

O Grupo opera um plano de remuneração com base em ações, que pode ser liquidado em ações ou em dinheiro, a critério do Grupo (atualmente, a intenção da administração é que a liquidação ocorra em ações), autorizado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, com data de 29 de abril de 2010 e desenvolvido pelo Conselho de Administração, com data de 30 de agosto de 2011. Conforme definido na AGE da Companhia, podem ser beneficiários do plano administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia ou de outras sociedades sob o seu controle. Segundo esse plano, o Grupo toma serviços dos beneficiários como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido da Companhia. O valor justo dos serviços dos beneficiários, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa.

O preço de referência das ações para determinação da retribuição a ser concedida (preço de exercício) é de R\$ 14,00, mesmo valor da ação na data de abertura de capital, ocorrida em 7 de fevereiro de 2011. O número de ações a ser entregues a cada beneficiário (e, por consequência, o número total de ações objeto do plano) se determinará tomando em consideração o número de direitos correspondentes a cada beneficiário, o valor médio da cotação da ação no período compreendido entre 1º de abril e 30 de junho de 2015 e o valor de cotação da ação na data de 29 de junho de 2015. A data para a determinação da retribuição e entrega das ações equivalentes (data do exercício) está definida para 30 de junho de 2015, sujeito à permanência dos beneficiários no Grupo.

A quantidade de direitos outorgados é de 3.462.460, não sendo possível determinar o número de ações a ser entregues até a data de exercício do plano.

O valor justo médio ponderado dos direitos (ou das opções implícitas) concedidos durante o período, determinado com base no modelo de avaliação Black-Scholes, foi de R\$ 4,0461 por opção. Os dados significativos incluídos no modelo foram: preço da ação na data da concessão, preço de exercício, volatilidade, rendimento de dividendos esperados, vida esperada da opção correspondente a cinco anos e taxa de juros anual livre de risco. O custo total reconhecido na demonstração do resultado para os direitos concedidos referentes a esse plano totalizaram R\$ 583, e referem-se exclusivamente ao pessoal chave da administração, conforme detalhado na Nota 31.

20. Dividendos e juros sobre o capital próprio

	2011	2010
Lucro líquido do exercício	183.975	137.328
Constituição de reserva de incentivos fiscais	(9.199)	(6.868)
Constituição da reserva legal (5%)	174.776	127.331
Base de cálculo dos dividendos	43.694	31.833

A administração da Companhia aprovou, em reunião do Conselho de Administração, realizada em 17 de março de 2011, a distribuição a seus acionistas de dividendos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, imputando-os ao valor do dividendo mínimo obrigatório de R\$ 13,006 (R\$ 0,1033 por ação), à conta de "reserva de lucros". Desse total, o valor de R\$ 6.196 foi pago, enquanto o saldo remanescente com compensado com saldo de partes relacionadas. Em reunião do Conselho de Administração de 21 de dezembro de 2011 foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP), relativos ao período de 1º de janeiro a 30 de novembro de 2011, no montante de R\$ 51.713 (R\$ 44.385, líquidos de imposto de renda retido na fonte), equivalente a R\$ 0,4107 por ação representativa do capital social da Companhia.

A data de pagamento dos juros sobre o capital próprio será deliberada posteriormente, por ocasião da Assembleia Geral que aprovará as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, que será realizada em 30 de abril de 2012. Os juros sobre o capital próprio, nos termos da Deliberação CVM nº 207/96, foram imputados à conta do dividendo mínimo obrigatório, por seu valor líquido de imposto de renda retido na fonte, contabilizados como despesas financeiras e revertidos em conta específica, devolvendo-os ao resultado e assim não afetando o lucro líquido final, a não ser pelos impactos fiscais reconhecidos na rubrica de imposto de renda e contribuição social.

21. Ajustes de avaliação patrimonial

	Consolidado		Total
	Ajuste acumulado de conversão	Hedge de investimento líquido	
31 de dezembro de 2009			
Diferenças de conversão de moeda			
Segmento México	(62.533)		(62.533)
31 de dezembro de 2010	(62.533)		(62.533)
Diferenças de conversão de moeda			
Segmento México	49.544		49.544
Hedge de investimento líquido no exterior - valor bruto (Nota 14)		(33.295)	(33.295)
Impactos fiscais sobre o hedge de investimento líquido (Nota 17)		9.770	9.770
31 de dezembro de 2011	(12.989)	(23.525)	(36.514)

22. Participação de não controladores

A participação dos não controladores corresponde, em sua totalidade, aos acionistas minoritários da empresa brasileira Durametel S.A. (Nota 1).

As movimentações ocorridas nesta conta foram como segue:

	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2009	38.885
Total de participação no resultado	7.409
Outras movimentações	(875)
Em 31 de dezembro de 2010	45.419
Total de participação no resultado	9.999
Dividendos	(2.637)
Outras movimentações	(306)
Em 31 de dezembro de 2011	52.475

23. Informações por segmento de negócios
(a) Informações segmentadas

Os resultados por segmentos são como segue:

	Consolidado		
	Brasil	México	Total
Receita líquida de vendas	984.431	578.240	1.562.671
Lucro bruto	248.418	155.942	404.360
Menos receitas (despesas) operacionais	(99.739)	(64.830)	(164.569)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	148.679	91.112	239.791
(+) Depreciação e amortização	34.172	18.933	53.105
EBITDA	182.851	110.045	292.896

A seguir, inclui-se uma conciliação entre o resultado operacional e o resultado atribuível aos acionistas da Companhia:

	Consolidado
Lucro operacional	239.791
Resultado financeiro	7.069
Imposto de renda e contribuição social	(52.886)
Participação dos não controladores	(9.999)
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	183.975

Os ativos e passivos dos segmentos e os investimentos em 31 de dezembro de 2011 são os seguintes:

	Brasil	México	Total
Total dos ativos (i)	1.679.106	633.456	2.312.562
Total dos passivos	943.709	187.660	1.131.369
Adições de imobilizado e intangível (Notas 11 e 12)	65.865	33.491	99.356
Baixas de imobilizado e intangível (Notas 11 e 12)	(2.913)	(3.472)	(6.385)
Investimentos líquidos do exercício (Notas 11 e 12) (ii)	62.952	30.019	92.971

(i) Não abrange participações financeiras eliminadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

(ii) Excluídas as movimentações de ágios.

Os ativos dos segmentos incluem principalmente imobilizado, ativos intangíveis (incluídos os ágios alocados), estoques, contas a receber e caixa operacional.

Os passivos dos segmentos compreendem passivos operacionais e financiamento de longo prazo. Os saldos com partes relacionadas também foram incluídos no cálculo.

(b) Informações sobre clientes

O Grupo limita o risco de crédito adotando uma política comercial de diversificação de linhas de produção e clientes, focando reduzir o risco comercial proveniente do sucesso ou não de uma linha de produção, ficando esse risco limitado à evolução natural do conjunto do mercado.

A estratégia de diversificação do Grupo levou-o a fornecer componentes e subconjuntos de alta complexidade e elevado valor agregado diretamente aos principais fabricantes de automóveis (Original Equipment Manufacturers (OEM)) e também aos principais fornecedores de componentes TIER 1, os quais fornecem, em regra, sistemas e funções completas diretamente aos OEMs.

Relatório dos auditores independentes
Aos Administradores e Acionistas - Autometal S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Autometal S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da Autometal S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com

24. Receita

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Vendas brutas de produtos e serviços	500.250	489.140		
Devoluções e cancelamentos	(6.465)	(20.296)		
Impostos sobre vendas	(88.655)	(87.469)		
Receita líquida	405.130	381.375		
Controladora		Consolidado		
2011	2010	2011	2010	
Vendas brutas de produtos e serviços	1.856.747	1.876.258		
Devoluções e cancelamentos	(14.862)	(23.898)		
Impostos sobre vendas	(279.214)	(280.298)		
Receita líquida	1.562.671	1.572.062		

25. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Variações nos estoques de produtos acabados e produtos em elaboração	3.958	2.602	4.030	4.998
Matérias-primas e materiais de consumo	(168.388)	(168.262)	(770.325)	(779.884)
Despesa com mão de obra, encargos e benefícios a empregados	(106.210)	(96.234)	(304.541)	(288.121)
Depreciação e amortização (Notas 11 e 12)	(16.354)	(15.596)	(53.105)	(53.426)
Despesas de transporte	(6.012)	(4.468)	(22.899)	(19.655)
Custos de publicidade	(428)	(139)	(470)	(163)
Outras despesas	(47.496)	(42.686)	(132.244)	(141.152)
Total do custo dos produtos vendidos e despesas com vendas, gerais e administrativas	(340.930)	(324.783)	(1.279.554)	(1.277.403)

26. Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Arrendamentos operacionais	(7.563)	(6.875)	(10.934)	(11.282)
Manutenção e reparos	(3.589)	(2.435)	(5.122)	(4.147)
Serviços terceirizados	(488)	(409)	(3.415)	(3.557)
Outras receitas (despesas) operacionais (*)	(1.657)	381	(23.855)	(28.440)
	(13.297)	(9.338)	(43.326)	(47.426)

(*) Referem-se principalmente a despesas com serviços profissionais e outras despesas não significativas individualmente em relação ao total de despesas operacionais do Grupo.

27. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Receitas financeiras				
Juros ativos		19		115
Rendimento financeiro	55.209	5.927	60.923	8.857
Empréstimos com empresas do Grupo CIE Automotive (Nota 31)		938		
Outras receitas financeiras	435	751	2.441	1.555
	55.644	7.635	63.364	10.527
Despesas financeiras				
Juros e encargos sobre empréstimos	(43.691)	(30.101)	(46.080)	(43.131)
Empréstimos com empresas do Grupo CIE Automotive (Nota 31)		(2.093)		(5.166)
Swap de taxa de juros	11.089	(3.944)	11.089	(3.944)
Outras despesas financeiras	(11.677)	(9.456)	(22.149)	(24.523)
	(44.279)	(45.594)	(57.140)	(76.764)

28. Despesa de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Imposto de renda e contribuição social correntes	7.247	(2.513)	(25.809)	(47.916)
Variação líquida de impostos diferidos do ativo (Nota 17)	(3.238)	(2.468)	(14.639)	(5.374)
Variação líquida de impostos diferidos do passivo (Nota 17)	(3.829)	(2.168)	(12.438)	517
Despesa com imposto de renda e contribuição social	180	(7.149)	(52.886)	(52.773)
O imposto de renda do Grupo difere do valor teórico obtido empregando-se a alíquota média ponderada aplicável aos rendimentos das empresas consolidadas, como segue:				
	Controladora	Consolidado	2011	2010
Resultado consolidado do exercício antes dos impostos	183.795	144.477	246.860	197.510
Imposto calculado sobre as alíquotas nacionais aplicáveis aos benefícios nos respectivos Países	(62.490)	(49.122)	(83.932)	(67.153)
Equivalência patrimonial	40.832	38.953		
Juros sobre o capital próprio	17.582		17.582	
Outras diferenças permanentes	4.256	(108)	9.505	8.266
Incentivos fiscais	3.128	3.959	6.114	
Despesa com imposto de renda e contribuição social	180	(7.149)	(52.886)	(52.773)

Em 31 de dezembro de 2011, a alíquota média efetiva da controladora e no consolidado, calculada como a despesa por imposto sobre o resultado contábil do exercício antes dos impostos, é de (0,1%) (2010 - 4,9%) e de 21,4% (2010 - 26,7%), respectivamente.

29. Lucro por ação
(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	2011	2010
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	183.975	137.328
Quantidade média de ações ordinárias emitidas (milhares)	123.284	94.425
Lucro básico por ação - R\$	1,4923	1,4544

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia não possuía ações ordinárias potenciais diluídas. Por esse motivo, o lucro diluído por ação era igual ao lucro básico por ação.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas, referente às opções de compra de ações. Para essa categoria, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da sociedade), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

	2011	2010
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	183.975	137.328
Quantidade média de ações ordinárias emitidas (milhares)	123.284	94.425
Ajustes de opções de compra de ações (milhares)	10.007	
Quantidade média de ações ordinárias para o lucro diluído por ação (milhares)	133.291	94.425
Lucro diluído por ação - R\$	1,3803	1,4544

30. Compromissos
(a) Compromissos para aquisição de ativos

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, não existiam compromissos significativos de compra de imobilizado.

(b) Compromissos com arrendamento mercantil operacional - Companhia do Grupo como arrendatária

O Grupo, a partir de 2008, alugou vários escritórios e armazéns com contratos de arrendamento mercantil operacional não passíveis de cancelamento. Esses contratos têm duração entre cinco e dez anos, sendo a maior parte deles renováveis em seu vencimento em condições de mercado. O Grupo também aluga instalações e máquinas com contratos de arrendamento mercantil operacional passíveis de cancelamento. O Grupo é obrigado a notificar com seis meses de antecedência a finalização desses acordos. Os gastos com arrendamento reconhecido no resultado durante 2011 foram incluídos na Nota 25 e 26.

Os pagamentos mínimos totais futuros pelos arrendamentos operacionais não canceláveis são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Menos de um ano			6.217	9.102
Entre um e cinco anos			36.782	42.205
			42.999	51.307

31. Transações com partes relacionadas

O Grupo é controlado pela CIE Autometal S.A., empresa brasileira que, por sua vez, é controlada pela CIE Automotive, S.A., companhia espanhola de capital aberto, listada nas Bolsas de Bilbao e Madrid.

São consideradas partes relacionadas os acionistas diretos do Grupo CIE Automotive (incluindo não controladores), as empresas do Grupo CIE Automotive, assim como os administradores e os administradores-chave do Grupo CIE Automotive e do Grupo no Brasil, bem como seus familiares próximos.

o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do